

SIMPÓSIO 3

Modalidade de Realização:

Presencial

Simpósio:

DA BENESSE AO DIREITO: JUSTIÇA TERRITORIAL E GOVERNAÇÃO
DEMOCRÁTICA NOS TERRITÓRIOS AFECTADOS PELA MINERAÇÃO

Eixo Temático:

2 – Direitos Humanos, Políticas Públicas e Estado;

Coordenadores:

Nome do Coordenador 1: Manuel Fernando

Vinculação Institucional: Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto (Angola)

Resumo Curricular: Licenciado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em Direito Empresarial pela Faculdade de Direito Milton Campos. Doutor em Direito e Desenvolvimento. Professor Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto. Vice-Presidente da Assembleia da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto. Formador sénior na Escola Nacional de Administração e Políticas Públicas. Professor e investigador no Centro de Pesquisas em Políticas Públicas e Governação Local da Universidade Agostinho Neto. Exerce igualmente docência em cursos de pós-graduação.

Nome do Coordenador 2: Bruno Wanderley Júnior

Vinculação Institucional: Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil)

Resumo Curricular: Licenciado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em Direito e Doutor em Direito pela mesma instituição. Professor Titular de Direito Internacional Privado da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Subcoordenador do Curso de Ciências do Estado da UFMG. Membro titular da Câmara do Departamento de Direito Público e membro suplente da Congregação da Faculdade de Direito da UFMG. Director do Laboratório de Direito e Inovação Tecnológica da UFMG e investigador do Centro de Excelência Jean Monnet.

Linha(s) de debate (descrição do Simpósio):

Linha de debate 1: Justiça territorial, royalties, fiscalidade extractiva, conteúdo local e diversificação económica.

Linha de debate 2: Governação democrática, participação comunitária, ordenamento do território, realojamento digno e reparação.



Este simpósio propõe discutir de que modo a riqueza gerada pela mineração pode ser reconduzida ao campo dos direitos humanos e das políticas públicas, em vez de permanecer circunscrita a lógicas compensatórias, assistencialistas ou meramente empresariais. Parte-se da constatação de que, em numerosos territórios minerados, a expansão da actividade extractiva convive com défices persistentes de participação política, fragilidade institucional, degradação das condições de vida, conflitos sobre o uso da terra, pressão sobre a água, habitação precária e limitada apropriação local dos benefícios económicos. Interessa, por isso, reunir trabalhos que examinem criticamente os instrumentos de redistribuição da riqueza mineira, os mecanismos de transparência e fiscalização, o papel do poder local, as formas de consulta e deliberação comunitária, bem como as estratégias de reparação e recomposição territorial. O simpósio acolhe contributos do Direito, da Sociologia, da Economia, da Antropologia, da Geografia e dos estudos ambientais, com especial atenção às experiências do Sul Global.

Idioma dos resumos que serão aceitos para apresentação:

Português (X)